



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CONAT

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS – CRT
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL DA 3ª
CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

Aos 20 (vinte) dias do mês de outubro do ano 2020 (dois mil e vinte), às 13h 30min. (treze horas e trinta minutos), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do Regulamento Interno do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará (CRT-CE), e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 21ª (vigésima primeira) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do CRT-CE, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira, Lúcio Flávio Alves, Ricardo Ferreira Valente Filho e Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto. Também presente, o Representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge. Foi lida e aprovada a ata da 20ª Sessão Ordinária Virtual. **Passando-se à ORDEM DIA, foram anunciados os seguintes processos: Processo de Recurso Nº 1/17/2018 – Auto de Infração nº 1/201718811. RECORRENTE: CRBS S.A. RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. RELATOR: Conselheiro LÚCIO FLÁVIO ALVES. Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, conhecer do Recurso Ordinário interposto, e por maioria de votos, afastar a preliminar de nulidade, suscitada pela parte, por ausência de comprovação da autuação e preterição do direito de defesa, considerando que o procedimento fiscal foi descrito no auto de infração e informações complementares, devidamente motivado e embasado em elementos de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. Os conselheiros Lúcio Flávio Alves (relator), Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, Alexandre Mendes de Sousa e Ricardo Ferreira Valente Filho afastaram a nulidade. E os conselheiros, Felipe Augusto Araújo Muniz e Mikael Pinheiro de Oliveira votaram acatando a nulidade arguida pela recorrente. **No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, para que seja verificada a alegação do contribuinte em seu recurso, confrontando com os créditos glosados pelo autuante e, se for o caso, sejam excluídos os créditos referentes a Ativos Permanente e ICMS Antecipado, bem como seja verificado junto ao contribuinte se foi realizado o devido estorno, conforme exigido pelo art. 123, II, § 5º, I, da Lei nº 12.670/96. A empresa deverá ser intimada para indicar assistente técnico para acompanhar o trabalho pericial. Decisão nos termos do voto do Conselheiro relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/19/2018 – Auto de Infração nº 1/201718822. RECORRENTE: CRBS S.A. RECORRIDO: CÉLULA**

DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RELATOR:** Conselheiro **MIKAEL PINHEIRO DE OLIVEIRA**. **Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, conhecer do Recurso Ordinário interposto, e por maioria de votos, afastar a preliminar de nulidade, suscitada pela parte, por ausência de comprovação da autuação e preterição do direito de defesa, considerando que o procedimento fiscal foi descrito no auto de infração e informações complementares, devidamente motivado e embasado em elementos de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. Os conselheiros Lúcio Flávio Alves, Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, Alexandre Mendes de Sousa e Ricardo Ferreira Valente Filho afastaram a nulidade. E os conselheiros, Felipe Augusto Araújo Muniz e Mikael Pinheiro de Oliveira (relator) votaram acatando a nulidade arguida pela recorrente. **No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve converter o curso do julgamento, em realização de **Perícia**, para que seja verificada a alegação do contribuinte em seu recurso, confrontando com os créditos glosados pelo autuante e, se for o caso, sejam excluídos os créditos referentes a Ativos Permanente e ICMS Antecipado, bem como seja verificado junto ao contribuinte se foi realizado o devido estorno, conforme exigido pelo art. 123, II, § 5º, I, da Lei nº 12.670/96. A empresa deverá ser intimada para indicar assistente técnico para acompanhar o trabalho pericial. **Decisão nos termos do voto do Conselheiro relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral em sessão do representante da Procuradoria Geral do Estado. Processo de Recurso Nº 1/2564/2018 – Auto de Infração nº 1/201802626.** **RECORRENTE:** CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO:** NJF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. **RELATOR:** Conselheiro **RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO**. **Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame necessário, e por maioria de votos dar-lhe parcial provimento, para confirmar a decisão exarada em 1ª Instância que julgou **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a acusação fiscal, em razão do reenquadramento da penalidade do art. 126, Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, para a inserta no art. 123, VIII, “L” da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 16.258/2017, por ser mais benéfica ao contribuinte, conforme art. 112 do CTN, mas adotando a base de cálculo constante do Parecer da Assessoria Processual Tributária. A assessora refez os cálculos do lançamento do crédito tributário, excluindo as Notas Fiscais nº 5797706, 15025, 15045, 15047, 15096, 15116, 15121, 15123 e 1524, constantes do Auto de Infração nº 201802623, bem como as Notas Fiscais cujas chaves de acesso não foram indicadas, pelo agente fiscal, aplicando 2% (dois por cento) sobre o valor das operações remanescentes, obedecendo o limite de 1.000 UFIRCES por período, como preceitua o dispositivo legal, ficando a base de cálculo no valor de R\$ 76.533,27 (setenta e seis mil, quinhentos e trinta e três reais e vinte e sete centavos) e a multa no valor de R\$ 1.530,66 (hum mil, quinhentos reais e sessenta e seis centavos). **Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, quanto a decisão de nulidade do auto de infração.** O representante da Procuradoria Geral do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira, entendeu pela parcial procedência aplicando a penalidade no art. 126, c/c o art.123, III, “g”, ambos da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei 16.258/2017 por ser mais específica. Foi voto divergente o da Conselheira Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, que votou pela parcial procedência, adotando o entendimento do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso Nº 1/2610/2018 – Auto de Infração nº 1/201802624.** **RECORRENTE:** CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA. **RECORRIDO:** NJF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. **RELATORA:** Conselheira **TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO**. **Decisão:** Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Reexame

Necessário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão de **IMPROCEDÊNCIA** do feito fiscal, exarada em 1ª Instância, tendo em vista a ocorrência de “*bis in idem*”, uma vez que as Notas Fiscais nº 5580, 5824 e 6151, objeto do Auto de Infração sob análise, também foi motivação do Auto de Infração, de nº 201802622. Tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora, em desacordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em conformidade com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Assuntos Gerais:** Transcrevemos aqui a manifestação de reconhecimento do Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa, corroborada pelos demais membros do Colegiado, à assessora Maria das Graças Brito Maltez pela competência e eficácia do trabalho realizado nos processos de nº 1/2605/2018, 1/2606/2018, 1/2611/2018, 1/2612/2018, 1/2564/2018 e 1/2610/2018, julgados nesta Câmara, contribuindo efetivamente para a tomada de decisão. Destacou ainda, as qualidades técnicas, competência, ética e comprometimento da assessora. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 21 (vinte e um) de outubro do corrente ano, às 13h30min. (treze horas e trinta minutos). E para constar, eu, Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge, Secretária da 3ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco Wellington Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Ana Maria Ribeiro de Farias Jorge
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA